

1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA AMBIENTAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LEIA COM ATENÇÃO:

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. **É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno** que contém **50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**, do conteúdo de **Conhecimentos Básicos de Meio Ambiente** cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D).
04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Ah, memória, inimiga mortal do meu repouso!"

05. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.**
06. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
07. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
08. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
09. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
11. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
13. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
14. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE MEIO AMBIENTE

01. Desde 1981, vigora a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938), porém somente dezenove anos depois foram listadas e sancionadas as atividades potencialmente poluidoras, por meio da Lei nº 10.165 de 2000.

Com fins de regulação e instituição da taxa de controle e fiscalização ambiental – TCFA, a Lei nº 10.165/2000 propôs nova redação a diversos pontos da PNMA e acresceu dois anexos (VIII e IX) que determinam as atividades potencialmente poluidoras, suas categorias, descrições, portes e as taxas trimestrais referentes a cada segmento.

Fonte: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/atividades-potencialmente-poluidoras-conforme-lei-10165/>. Acesso 20 nov 2021 (Adaptado)

De acordo com o anexo VIII da PNMA, são três as categorias de atividades com alto potencial de poluição (PP) e grau de utilização (GU) de recursos naturais, a saber:

- (A) a indústria de madeira; a indústria química; a indústria de material de transporte
 - (B) a extração e tratamento de minerais; a indústria química; a indústria de couros e peles
 - (C) a indústria de papel e celulose; o turismo; a indústria de produtos alimentares e bebidas
 - (D) a extração e tratamento de minerais; a indústria de matéria plástica; a indústria de borracha
02. A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), pautou o conceito da logística reversa que prevê a obrigação de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de providenciar o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana. É obrigatória a implementação desse sistema de logística reversa quando se trata de:
- (A) pneus
 - (B) lixo hospitalar
 - (C) telhas de amianto
 - (D) madeira de reflorestamento
03. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97, define-se “Impacto Ambiental Regional” como:
- (A) todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente ao menos uma região específica de uma unidade federativa
 - (B) todo e qualquer impacto que afete diretamente corpos hídricos de uma área de conservação ambiental regulamentada
 - (C) todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados
 - (D) todo e qualquer impacto que afete diretamente o território de dois ou mais estados pertencentes à mesma região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste)

04. De acordo com o art 2º da Lei nº 9.985/2000 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências), define-se unidade de conservação como: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985/2000.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais e entre seus objetivos estão:

- (A) promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza; evitar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; remover em segurança populações locais
 - (B) proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos
 - (C) valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados respeitando e valorizando os conhecimentos culturais; proibir qualquer tipo de turismo em áreas de conservação
 - (D) proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; promover o uso não racional dos recursos naturais; contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais
05. No processo de obtenção da licença ambiental, o empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formulada pelo órgão ambiental competente, a partir do recebimento da respectiva notificação, dentro do prazo máximo de:
- (A) 15 (quinze) dias
 - (B) 3 (três) meses
 - (C) 4 (quatro) meses
 - (D) 6 (seis) meses
06. Com base na Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a pena prevista por fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano, é de:
- (A) advertência administrativa
 - (B) multa de 5 salários mínimos
 - (C) detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente
 - (D) detenção de um a cinco anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente

07. O Licenciamento Ambiental é o processo por meio do qual ficam previamente autorizadas a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADricos/licenciamento-ambiental.html>. Acesso em 22 nov. 2021.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97 a licença ambiental expedida pode ser suspensa ou cancelada nos casos que:

- (A) há omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; há troca de CNPJ do responsável pelo empreendimento; há troca de endereço do empreendimento
- (B) há violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; há algum processo de caráter ambiental em curso contra o empreendimento; há superveniência de graves riscos ambientais e de saúde
- (C) há violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; há omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; há superveniência de graves riscos ambientais e de saúde
- (D) há omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; há violação dos direitos dos empregados do empreendimento; há denúncia de danos ambientais, tais como a poluição de corpos hídricos e do solo

08. “Licenciamento Ambiental é procedimento ___ pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou ___ poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar ___ ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.”

As palavras que completam a frase acima, tornando-a correta, são, respectivamente:

- (A) penal – não - benefício
- (B) administrativo – não - degradação
- (C) penal – potencialmente – degradação
- (D) administrativo – potencialmente - degradação
09. A Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, que por sua vez divide as unidades de conservação em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de uso Sustentável. **NÃO** faz parte das categorias de unidades de conservação pertencentes ao grupo das Unidades de Proteção Integral:
- (A) parque nacional
- (B) floresta nacional
- (C) monumento natural
- (D) refúgio de vida silvestre

10. Caracteriza-se como crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural. Por violar direito protegido, todo crime é passível de sanção, que é regulada por lei. O ambiente é protegido pela Lei n.º 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), que determina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Fonte: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28289-entenda-a-lei-de-crimes-ambientais/>. Acesso 20 nov 2021 (Adaptado)

Conforme a Lei de Crimes Ambientais, é caracterizado como Crime Contra Flora:

- (A) destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção
- (B) exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção
- (C) deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental desde que assim caracterizado pelo órgão competente
- (D) causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora
11. A resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997 indica que o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I – Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação

II – Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante

III – Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação

O prazo de validade da LO é de:

- (A) no mínimo, 1 (um) ano e, no máximo, 10 (dez) anos
- (B) no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 4 (quatro) anos
- (C) no mínimo, 10 (dez) anos e, no máximo, 15 (quinze) anos
- (D) no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos

12. Com base na Lei nº 9.433/97, sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, é correto afirmar que em situações de escassez o uso prioritário dos recursos hídricos é para:
- (A) consumo humano e irrigação de lavouras
 (B) consumo humano e a dessedentação de animais
 (C) abastecimento do reservatório das usinas hidrelétricas
 (D) consumo humano e abastecimento da indústria de base
13. Segundo o art. 42 da Lei nº 9.985/2000, no que se refere às comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não é permitida, cabe ao Poder Público:
- (A) autorizar a permanência de tais comunidades, por período indeterminado, com propósito de facilitar o processo de realocação
 (B) indenizar ou compensar tais comunidades pelas benfeitorias existentes e realocar em local e condições acordados entre as partes
 (C) realocar tais comunidades para áreas disponíveis, mesmo que não haja acordo entre as partes, usando, caso necessário, força policial
 (D) realocar e garantir o não retorno de tais comunidades através de benefícios governamentais e termos de compromisso assinados, mesmo que à revelia
14. Tendo como base a Resolução CONAMA nº 1/86, **NÃO** constituem atividades modificadoras do ambiente que dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):
- (A) ferrovias; prédios residenciais com 10 ou mais andares; estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento
 (B) oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; distritos industriais e zonas estritamente industriais – ZEI
 (C) qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares em quantidade superior a dez toneladas por dia; ferrovias; atividades de extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão)
 (D) ferrovias; usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária; aterros sanitários, processamento e destino de resíduos tóxicos ou perigosos
15. Dentre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, **NÃO** se inclui o de:
- (A) gestão integrada de resíduos sólidos
 (B) proteção da saúde pública e da qualidade ambiental
 (C) estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável
 (D) uniformização dos impostos federais e estaduais sobre a coleta de resíduos sólidos

16. Conforme a Lei nº 9.985/2000, são requisitos básicos para a criação de uma unidade de conservação:
- (A) estudos técnicos e consultas de interesse da população local, como as comunidades tradicionais
 (B) estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar intenção, alocação e admissão de pessoal especializado para atuar na unidade
 (C) estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento
 (D) estudos técnicos e pareceres sobre as características da região, tais como os corpos hídricos, o solo, e seu componente biótico, como a fauna e a flora
17. A charge retrata um dos muitos problemas reportados no Brasil no que diz respeito à questão dos resíduos sólidos, fruto da falta de gerenciamento e consciência ambiental.



Fonte: https://diariodesorocaba.com.br/files/materia/220148-5987845-lixo_hospitalar.jpg
 Acesso 20 nov 2021.

Considerando a classificação dos resíduos sólidos, pode-se afirmar que a charge acima chama a atenção para:

- (A) a falta de destinação final adequada dos resíduos sólidos hospitalares, que são considerados resíduos perigosos e têm como característica principal o potencial infeccioso
 (B) a falta de comprometimento com a destinação final dos resíduos sólidos hospitalares, que são resíduos perigosos e têm a reatividade como sua principal característica
 (C) a possibilidade de reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, mas faz uma crítica à falta de compromisso com os produtos nacionais, que podem contribuir com a economia
 (D) uma nova possibilidade de destinação final adequada dos resíduos sólidos hospitalares, que são considerados resíduos não perigosos, especialmente por serem inertes e terem potencial de transmitir doenças

18. A poluição hídrica é um problema mundial que prejudica a saúde, a segurança e o bem-estar da população, afetando desfavoravelmente todos os seres vivos de um determinado ambiente. Um caso particular de poluição hídrica é a contaminação por um produto ou organismo, tal como o lançamento de esgotos domésticos em corpos d'água. Como fatores negativos da poluição hídrica tem-se a deterioração da qualidade da água, a proliferação de doenças, a morte de espécies aquáticas, a eutrofização, entre outros. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 2 milhões de pessoas, principalmente crianças com menos de 5 anos de idade, morrem por ano no mundo devido a doenças causadas por água contaminada.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tema/a/pwrsPksZyx4vC3CFrPZiR4d/?format=html&lang=pt>. Acesso 21 nov 2021

A qualidade da água é muito importante para determinação de seus diferentes usos e para garantir a saúde e a segurança da população humana e dos demais seres vivos. Um dos parâmetros mais conhecidos e utilizados para a avaliação da qualidade da água é a presença de coliformes totais ou fecais (termotolerantes). Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- (A) a presença de coliformes na água indica a contaminação por material fecal, que pode, por sua vez, veicular outros organismos patogênicos
 - (B) a bactéria *Escherichia coli* é um coliforme, logo, espera-se encontrá-la em águas potáveis e em águas usadas para fins recreativos
 - (C) a utilização dos coliformes como indicativo de contaminação da água é uma escolha óbvia, visto que estes podem ser observados a olho nu
 - (D) a água potável, ou seja, aquela utilizada para consumo humano, pode conter níveis baixos de coliformes sem nenhuma possibilidade de risco à saúde
19. Os rejeitos radioativos surgem durante o processo de geração de energia nuclear, bem como em outros campos, relacionados à aplicação dessa energia na área de defesa e nas áreas médicas, industriais e de pesquisa e, se não forem corretamente gerenciados, emitem radiações que podem ser prejudiciais aos seres humanos e a outros organismos, devendo ser isolados da biosfera pelo tempo que se fizer necessário.

Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/13463/13056>. Acesso 23 nov 2021.

Os rejeitos radiativos podem se apresentar nas formas sólida, líquida ou gasosa e, no Brasil, o gerenciamento desses rejeitos é regulado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), sendo a principal estratégia utilizada para esse gerenciamento:

- (A) o lançamento em lixões
- (B) o confinamento em local seguro
- (C) o lançamento em aterros sanitários
- (D) o confinamento em aterros controlados

20. Poluição da água supera caça como principal ameaça à extinção do peixe-boi marinho, diz especialista

Extremamente simpáticos e carismáticos, os peixes-boi marinhos (*Trichechus manatus*) adoram o contato humano, mas foi essa docilidade um dos motivos pelos quais a caça predatória quase levou a espécie à extinção no século passado. Embora a conscientização tenha superado esse problema, outra ação do homem mantém o peixe-boi na lista de animais em perigo de desaparecer, dessa vez de forma indireta: a poluição da água.

Especialistas estimam que o Brasil tenha entre 500 e mil peixes-boi marinhos ainda vivos nas costas do país. Há pelo menos 30 anos não há registros de caça ao peixe-boi, mas Pitágoras Viana Junior, coordenador de campo do Projeto Peixe-Boi na APA Costa de Corais, explica que cada vez mais ele perde seu habitat, atualmente a principal ameaça à conservação da espécie. Segundo o pesquisador, essa perda acontece por causa da poluição industrial e de resíduos de residências, que afetam o peixe-boi diretamente, tanto clinicamente, com intoxicação, quanto indiretamente.

Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/07/26/poluiçao-da-agua-supera-caca-como-principal-ameaca-a-extincao-do-peixe-boi-marinho-diz-especialista.ghtml>. Acesso 22 nov 2021.

Como aponta o texto, a poluição dos oceanos é um problema de grandes proporções, que pode ocasionar, entre outros fatores, a extinção de diversas espécies. Nesse contexto, o enquadramento dos corpos d'água é um instrumento importante para o estabelecimento de parâmetros que garantam uma qualidade da água compatível com os usos aos quais se destina. Para garantir que as águas que abrigam a espécie mencionada no texto sejam adequadas a esse fim, elas devem:

- (A) estar enquadradas como águas salobras classe 2 ou classe 4, que têm, entre usos preponderantes, a preservação de ambientes aquáticos em unidades de conservação integral e a proteção das comunidades aquáticas, respectivamente
- (B) estar enquadradas como águas salobras classe 1, que têm, entre seus usos preponderantes, a preservação das comunidades aquáticas, a aquicultura e atividades de pesca e a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas
- (C) estar enquadradas como águas salinas classe 2 ou classe 3, que têm, entre usos preponderantes, a pesca amadora e a irrigação de hortaliças que são consumidas cruas, de frutas, assim como a irrigação de parques e jardins, respectivamente
- (D) estar enquadradas como águas salinas classe especial ou classe 1, que têm, entre usos preponderantes, a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas e a proteção das comunidades aquáticas, respectivamente

21. O planejamento e a fiscalização do uso do solo são consubstanciados pela Lei nº 6.938/81, assim como o incentivo a pesquisas que visem o desenvolvimento de tecnologias para o uso racional e a proteção deste e de outros recursos ambientais, que, segundo a referida lei, incluem, além do solo:

- (A) mar territorial, o subsolo, elementos abióticos, os estuários e os elementos da atmosfera, incluindo a fauna e a flora
- (B) as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, a plataforma continental, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora
- (C) a atmosfera, o mar territorial, o talude continental e os elementos da biosfera, com exceção da fauna e da flora
- (D) a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora

22. Considerando a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), é correto afirmar que:

- (A) a recuperação de áreas degradadas é um dos princípios da PNMA assim como a avaliação de impactos ambientais é um dos instrumentos
- (B) o zoneamento ambiental é um dos princípios da PNMA assim como o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras
- (C) o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente é um dos instrumentos da PNMA, assim como proteção de áreas ameaçadas de degradação
- (D) a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar é um dos instrumentos da PNMA assim como a avaliação de impactos ambientais é um dos princípios

23. A primeira ação para proteger o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca aconteceu em 1973 através do tombamento federal realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No final da década de 80, a visitação foi aberta ao público em geral e houve um aumento significativo de frequentadores tanto na pista quanto nas trilhas, trazendo consigo diversos impactos ambientais como lixo, dejetos fisiológicos, pichações, coleta de plantas ornamentais, captura de animais silvestres, introdução de animais domésticos ou exóticos e incêndios. Em 1º de junho de 2006, o Decreto Municipal nº 26.578 declarou o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca como Monumento Natural.

Fonte: <https://www.monapaoeacucar.com/omona>. Acesso 23 nov 2021 (Adaptado)

A partir das informações contidas no texto e com os conhecimentos acerca da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, espera-se que o conjunto dos morros do Pão de Açúcar e da Urca tenha como objetivo a preservação:

- (A) da natureza e a realização de pesquisas científicas
- (B) de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
- (C) integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites
- (D) da diversidade biológica e uso múltiplo sustentável dos recursos florestais

24. De acordo com a Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, o Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando atingir diversos objetivos, dentre os quais **NÃO** se inclui:

- (A) a fabricação de equipamentos antipoluidores
- (B) outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais
- (C) a defesa da posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos
- (D) o desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental

25. O mercúrio (Hg) é o único metal encontrado no estado líquido à temperatura ambiente, sendo liberado, especialmente por meio de atividades antropogênicas, na forma elementar ou na forma de compostos diversos. Entre os compostos mais importantes desse metal, está o metilmercúrio (MeHg), encontrado nos ecossistemas aquáticos e extremamente tóxico ao organismo humano. A ingestão desse composto causa danos ao sistema nervoso central, disfunções neurais, podendo levar à morte. Não é difícil encontrar, nos meios de comunicação, notícias sobre episódios de contaminação por metilmercúrio, porém o chamado “Desastre de Minamata” é, sem dúvida, o mais conhecido. Nesse caso, ocorrido na década de 1950, na cidade de Minamata, no Japão, inúmeros habitantes apresentaram um conjunto de sintomas (convulsões, surtos de psicose, perda de consciência e febre) após consumir peixes provenientes da Baía de Minamata, contaminada por mercúrio, devido à descarga de resíduos de uma fábrica local de cloreto vinílico.

Com base nas informações contidas no texto e nos conhecimentos a respeito da relação entre poluição, saúde e meio ambiente, é correto afirmar que:

- (A) os efeitos do metilmercúrio podem ser mais graves naqueles que consomem peixes do topo da cadeia alimentar, uma vez que ocorre o processo de biomagnificação, que aumenta a concentração do composto no tecido vivo na medida em que ela percorre uma cadeia alimentar
- (B) os efeitos do metilmercúrio foram mais graves nas pessoas que consumiram um número maior de peixes que estavam próximos à saída da descarga de mercúrio, isso se deve ao fato de que a concentração da substância é maior nos tecidos desses animais devido à biomagnificação
- (C) a contaminação da água por metilmercúrio não pode ser relacionada às manifestações ocorridas na população, pois, na verdade, a concentração do composto vai diminuindo à medida que ocorre o processo de biomagnificação
- (D) a contaminação da água por metilmercúrio é um grande problema para a população, pois o processo de biomagnificação contribui para que o composto chegue até a atmosfera podendo ser absorvido pelas vias respiratórias

26. O Relatório de Impacto Ambiental, RIMA, é um resumo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em linguagem acessível para toda população, que fica à disposição da comunidade para que esta possa se apropriar das informações do projeto ou empreendimento e participar da audiência pública para aprovação do empreendimento impactante. A audiência pública no local da realização do empreendimento sempre é obrigatória para as intervenções antrópicas que exigem estudo de impacto ambiental, conforme legislação vigente. Assim, o RIMA é o relatório simplificado que vai sintetizar todo o estudo apresentado no EIA. Precisa ser elaborado de forma objetiva e de fácil compreensão, devendo ser ilustrado por mapas, quadros e gráficos e utilizar todos os recursos de comunicação visual. Sua finalidade é a consulta pública, visando a subsidiar a audiência pública de licenciamento do empreendimento.

Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2015/01/22/os-relatorios-de-impacto-ambiental-rimas-artigo-de-roberto-naime/>. Acesso 23 nov 2021 (adaptado)

Fazem parte dos componentes mínimos de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):

- (A) a emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; o custo de análise para a obtenção da licença ambiental
 - (B) a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto; o modo de tratamento dos resíduos sólidos
 - (C) a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto; o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos
 - (D) o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; a adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais
27. A sucessão ecológica está associada à recuperação de áreas degradadas, sendo um processo que ocorre naturalmente após o ecossistema sofrer algum nível de perturbação, seja esta natural ou antrópica, desde que os danos não sejam significativos. O processo resulta da ação contínua dos fatores ambientais sobre os organismos e da reação desses últimos sobre o ambiente. O conhecimento sobre o processo de sucessão ecológica é essencial para o planejamento de ações de recuperação de áreas degradadas. A respeito do processo de sucessão ecológica, é correto afirmar que:
- (A) denomina-se sucessão secundária a criação inicial e o desenvolvimento de um ecossistema em um local onde este nunca existiu
 - (B) a recriação de um ecossistema, que se segue após perturbações, é uma definição apropriada para o processo de sucessão primária
 - (C) o terceiro estágio da sucessão ecológica caracteriza-se pela presença de pequenas plantas com adaptações que auxiliam na estabilização do meio ambiente físico
 - (D) é condição para a ocorrência da sucessão secundária a existência de remanescentes de uma comunidade biológica preexistente, incluindo-se, entre outros, matéria orgânica e sementes

28. Terceira maior ilha da Baía de Todos-os-Santos, a Maré tem 7 mil habitantes. As diversas atividades industriais existentes no entorno impactam de forma direta a natureza e o modo de vida na Ilha. São mais de 40 empresas, muitas instaladas na década de 1960, tempos em que os processos de licenciamento ambiental eram bem menos rigorosos. Como resultado, os níveis de monóxido de carbono (CO) registrados são superiores aos de Cubatão (SP), historicamente lembrada pelos elevados índices de poluição atmosférica. Altos percentuais de enxofre e de arsênio também afetam as comunidades. A poluição gerada pelas indústrias também provoca a mortandade de peixes, afetando até mesmo espécies consideradas bastante resistentes. Dados de estudos conduzidos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA apontam a existência ali de mais 100 crianças contaminadas por chumbo, cádmio e mercúrio. Análises conduzidas pela professora da Escola de Nutrição da UFBA, Neuza Miranda, comprovam a contaminação por chumbo em amostras de cabelo e de sangue das crianças. Há níveis de até 19,2 microgramas do metal pesado por decilitro de sangue. No cabelo, a quantidade de chumbo chega a 21,2 microgramas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o limite máximo de concentração desse elemento químico no corpo humano deve ser de 10 microgramas.

Fonte: <http://revistaecologica.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-115/sinais-de-morte-no-paraiso/>. Acesso 25 nov 2021 (adaptado)

Considerando as informações contidas no texto e os conhecimentos a respeito da Lei nº 9.605/98, é correto afirmar que o texto:

- (A) não retrata crime ambiental, mas oferece um claro exemplo de crime contra a saúde pública, uma vez que crianças inocentes estão sendo expostas a contaminantes, sem condições de se defenderem
 - (B) retrata pelo menos um exemplo de crime ambiental, pois aponta para o fato de que as empresas provocam, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécies da fauna aquática
 - (C) retrata pelo menos um exemplo de crime ambiental, pois aponta para o fato de que as empresas causam danos diretos ou indiretos à Unidade de Conservação, especialmente quando menciona a contaminação por arsênio e chumbo
 - (D) não retrata crime ambiental, mas apresenta uma situação rotineira nos tempos atuais que é a forma como as empresas provocam episódios de poluição em níveis tais que resultam em danos à saúde humana, ou provocam a mortandade de animais
29. Segundo a Resolução CONAMA nº1/86, devem ser considerados no diagnóstico ambiental:
- (A) o meio ambiente natural, o meio físico, o meio político
 - (B) o meio socioeconômico; a fauna e a flora; o meio político
 - (C) o meio biológico; os recursos minerais e a topografia; o meio físico
 - (D) o meio físico; o meio biológico e os ecossistemas naturais; o meio socioeconômico

30. A Unidade de Conservação denominada Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela tem cerca de 4.800 hectares abrangendo áreas dos municípios de Petrópolis, Duque de Caxias e Magé. A região apresenta fauna e flora riquíssimas, destacando a ocorrência das espécies de fauna sagui-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*), mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), gato-do-mato (*Leopardus guttulus*), apuim-de-costas-pretas (*Touit melanonotus*) e de flora, xaxim (*Dicksonia sellowiana*), jussara (*Euterpe edulis*) e o cedro rosa (*Cedrela fissilis*), além de recursos naturais abundantes.

Sobre os Refúgios da Vida Silvestre, é correto afirmar que:

- (A) têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória
- (B) podem ser constituídos por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários
- (C) têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental
- (D) têm como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico

31. O Rio de Janeiro é exemplo nacional na gestão do lixo urbano. O município recebeu importante reconhecimento com a divulgação do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) 2019: a cidade foi considerada a melhor capital brasileira na gestão do lixo. O índice leva em conta os seguintes critérios em relação à política para resíduos sólidos: engajamento da população; sustentabilidade financeira; recuperação dos resíduos coletados e impacto ambiental. O Rio de Janeiro foi a primeira cidade a atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com o fechamento do Aterro de Gramacho e a inauguração do Centro de Tratamento de Resíduos CTR-Rio, em Seropédica. Essa unidade reúne tecnologia de ponta, inédita em toda a América Latina.

Fonte: <https://prefeitura.rio/comlurb/rio-de-janeiro-se-destaca-na-gestao-do-lixo-e-e-melhor-capital-brasileira-no-indice-de-sustentabilidade-urbana-2019/>. Acesso 25 nov 2021

Os resíduos sólidos gerenciados conjuntamente por uma municipalidade são chamados de resíduos sólidos:

- (A) domésticos
- (B) industriais
- (C) agrícolas
- (D) urbanos

32. De acordo com a Resolução CONAMA nº 1/86, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve incluir o Diagnóstico Ambiental da área de influência do empreendimento. Essa atividade deve apresentar uma descrição completa da área, assim como a análise dos recursos ambientais e suas interações, visando caracterizar a área antes da implantação do projeto. Em suma, o diagnóstico ambiental retrata a qualidade ambiental da área a fim de embasar a elaboração do EIA. Nesse contexto, estão inseridos, também, os chamados Estudos de Base, levantamentos a respeito dos componentes e processos selecionados do meio ambiente que podem ser afetados pela proposta em análise. Tais estudos são essenciais para a sequência de atividades da elaboração do EIA e acabam sendo, na verdade, a etapa que dá origem ao diagnóstico, ou seja, uma fase preliminar da Avaliação de Impactos Ambientais. Sobre a relação entre EIA, Diagnóstico Ambiental e Estudos de Base, é correto afirmar que:

- (A) com a realização dos estudos de base é possível renunciar ao capítulo de diagnóstico ambiental do EIA, uma vez que um é resultado do outro
- (B) os estudos de base fornecem informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos e para sua posterior avaliação, sendo essencial para a elaboração adequada do EIA
- (C) os estudos de base são uma descrição rigorosa, completa e detalhada da área de influência do projeto, porém não podem ser utilizados como base científica para prever situações futuras
- (D) em caso de implementação do projeto, os estudos de base permitem levantar ou compilar dados sobre o ambiente afetado, antecipando as consequências futuras de uma situação presente

33. De acordo com a Lei nº 9.605/98 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente **NÃO** se considera crime contra a fauna:

- (A) a exportação para o exterior de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente
- (B) a pesca em período no qual seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente
- (C) a captura de animais silvestres em rota migratória sem autorização
- (D) a comercialização de animais domésticos e silvestres

34. Na Resolução CONAMA nº 1/86, impacto ambiental é definido como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam...” Essa definição, que está no Art. 1º da referida Resolução, é acompanhada por 5 incisos que se referem aos compartimentos ou seres afetados pelas alterações mencionadas. **NÃO** faz parte de nenhum desses incisos:

- (A) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente
- (B) a qualidade dos recursos ambientais
- (C) as atividades sociais e econômicas
- (D) a fauna silvestre

35. O SISNAMA, instituído pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. O sistema foi criado para determinar as responsabilidades e a autonomia dos diferentes entes da federação em relação às diversas atividades necessárias à gestão do meio ambiente. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a respeito do SISNAMA é correto afirmar que a estrutura do SISNAMA inclui:

- (A) órgãos executores, o CONAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais
- (B) órgãos consultivos e deliberativos, os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental
- (C) como órgão central, a Secretaria do Meio Ambiente do Governo Federal e é este o responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle da política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente
- (D) como órgãos locais, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências

36. O Rio de Janeiro recebeu, em novembro de 2021, uma central de coleta e reciclagem de lixo eletrônico. A capital fluminense será a sétima cidade brasileira a ofertar esse serviço para a população. A Central de Logística Reversa de Eletroeletrônicos ficará em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Além do ponto de consolidação, a cidade passará a ser atendida pela entidade gestora com logística que garante a destinação adequada para a reciclagem de eletrônicos.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/rio-recebe-central-de-reciclagem-de-lixo-eletronico>. Acesso 25 nov 2021.

Considerando a composição e os riscos apresentados pelo descarte inadequado de eletrônicos, esse tipo de material é classificado como resíduo:

- (A) classe I - perigosos
- (B) classe II - não inertes
- (C) classe I - não perigosos
- (D) classe III - não perigosos

37. Em duas décadas, bacias hidrográficas do Paraná perderam 61 mil hectares de florestas, aponta levantamento

Nos últimos 20 anos, as regiões das principais bacias hidrográficas do Paraná perderam 61 mil hectares de florestas, de acordo com um levantamento feito pela ONG SOS Mata Atlântica.

De acordo com a organização e pesquisadores, o desmatamento nestas áreas colabora para a redução dos níveis dos rios porque as nascentes ficam desprotegidas. Na bacia do Rio Iguaçu, o maior do Paraná, que nasce na Região Metropolitana de Curitiba e atravessa o estado até Foz do Iguaçu, foram 1.173 hectares desmatados apenas em 2020.

Fonte: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/09/11/em-duas-decadas-bacias-hidrograficas-do-parana-perderam-61-mil-hectares-de-florestas-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso 23 nov 2021 (adaptado)

Com base nas informações contidas no texto e nos conhecimentos sobre manejo e gestão de bacias hidrográficas, é correto afirmar que:

- (A) bacia hidrográfica é a região mais alta de um determinado rio, sendo associada diretamente à nascente do rio
- (B) bacia hidrográfica é a região onde se formam os rios que serão necessariamente utilizados para a construção de barragens
- (C) bacia hidrográfica é a região formada pelo conjunto de pelo menos 10 rios que se encontram, tem o nome sempre associado ao maior rio
- (D) bacia hidrográfica é a região ou superfície que contribui para o escoamento superficial (*runoff*) de um dado rio, normalmente recebe o nome do seu principal rio

38. Considerando o direito de todos a um meio ambiente equilibrado, como bem de uso comum da população e essencial à qualidade de vida, é correto definir licenciamento ambiental como:

- (A) um instrumento de gestão ambiental pública, contudo, gera obrigações à empresa privada que poderá ser licenciada, visto que o empreendimento, para receber a licença, deve se adequar à legislação ambiental vigente
- (B) um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, da mesma forma que a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa, sendo, portanto, obrigatório para o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores
- (C) um processo que ocorre em diversas etapas, incluindo estudos prévios de impactos e diagnóstico ambiental, sendo assim, um empreendimento só poderá entrar em operação após a emissão da Licença de Instalação
- (D) algo a ser visto com seriedade pelos responsáveis pelo empreendimento e pelo poder público, uma vez que só é possível o funcionamento da instalação após concedida a licença, porém, uma vez concedida esta não pode ser revogada

39. A contaminação de cromo ocasionada por um vazamento industrial atingiu quatro terrenos do bairro Niterói, em Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Foram analisadas amostras de oito poços de monitoramento e seis amostras de solo e os resultados indicaram a presença de cromo em concentração acima do permitido pela legislação em quatro lotes.

Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/03/01/contaminacao-de-solo-abrange-quatro-terrenos-em-canoas-mostra-analise-da-fepam.ghtml>. Acesso 28 nov 2021. (adaptado)

O solo vem sendo historicamente utilizado como receptor de substâncias resultantes da atividade humana, esse processo pode se dar por deposição de resíduos, estocagem ou processamento de produtos químicos, vazamentos, entre outros comportamentos. A poluição do solo apresenta as seguintes características peculiares:

- (A) caráter cumulativo e baixa mobilidade dos poluentes
 - (B) baixa mobilidade dos poluentes e alta taxa de dispersão
 - (C) caráter cumulativo e os poluentes se dispersam com muita facilidade
 - (D) tendência a ter concentrações maiores que em outros compartimentos
40. Desde 2012, a água esverdeada do lago do Museu Mariano Procópio (Mapro) chama a atenção de visitantes e funcionários do parque. A alteração na coloração da água virou tema da tese de doutorado da bióloga e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Marcela Miranda, que buscou identificar as principais causas do problema e propôs medidas para minimizar as florações das algas que provocam a nata verde densa na superfície do lago. Atualmente, a Prefeitura de Juiz de Fora, em parceria com a Companhia de Saneamento Municipal (Cesama), tem adotado medidas de restauração com o intuito de tornar o local mais limpo.

É correto afirmar, sobre o processo descrito no texto, que:

- (A) as informações do texto permitem concluir que há um enriquecimento de fósforo no lago, tornando-o oligotrófico
- (B) o enriquecimento do corpo d'água por nutrientes, com o subsequente aumento na matéria orgânica, denomina-se eutrofização
- (C) a nata verde formada na superfície do lago pode ser removida mecanicamente, sem que seja preciso o uso de nenhum outro recurso
- (D) a produção de nutrientes pelas algas é importante para a fauna lacustre, porém, o excesso de nitrogênio faz com que esse crescimento seja irregular, nesse caso o lago é mesotrófico

41. Um estudo de impacto ambiental deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar independente do proponente do projeto. Esta, ao realizar o estudo, deve, obrigatoriamente, cumprir algumas etapas, que são: descrição do projeto; descrição do meio ambiente na área de influência do projeto; determinação e avaliação dos impactos; proposição de medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras; plano de monitoramento. Sobre o monitoramento, sabe-se que se trata:

- (A) de um sistema contínuo de observação, medição e avaliações para um fim definido, consistente na coleta de dados e na sua avaliação
- (B) da descrição da localização detalhada do projeto, sua configuração e concepção física, métodos e cronograma de construção
- (C) da representação da etapa mais crítica de um estudo ambiental, pois exige conhecimentos aprofundados das atividades e de seus efeitos sobre o ambiente
- (D) de medidas que podem ser aplicadas aos princípios de concepção, de construção e de controle, visando a prevenção, redução ou eliminação de efeitos negativos

42. As mudanças climáticas devem aumentar os riscos relacionados à água, como secas e inundações, enquanto o número de pessoas que vivem com estresse hídrico deve aumentar devido à crescente escassez e ao crescimento populacional. 'The State of Climate Services 2021: Water', uma colaboração entre a OMM, organizações internacionais, agências de desenvolvimento e instituições científicas, estima que o número de pessoas com acesso inadequado à água chegará a 5 bilhões em 2050, ante 3,6 bilhões em 2018.

Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/10/05/mundo-enfrentara-crise-hidrica-se-nao-houver-uma-reforma-global-urgente-alerta-agencia-meteorologica-da-onu.ghtml>. Acesso 28 nov 2021 (adaptado)

O texto faz referência a países que enfrentam ou enfrentarão estresse hídrico. Sobre esse conceito, afirmar que um país enfrenta estresse hídrico significa que este:

- (A) está com disponibilidade de pelo menos 20 L/ pessoa-dia
- (B) está com a maior parte dos seus corpos d'água contaminados
- (C) tem o suprimento anual de água abaixo de 1.700 m³ por pessoa
- (D) não dispõe de fontes de água potável devido a diferenças geológicas

43. O Licenciamento Ambiental está diretamente relacionado à Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), uma vez que para que ocorra o licenciamento o empreendimento deve providenciar a AIA. Com relação ao tema, pode-se afirmar que:

- (A) a licença prévia autoriza a implantação da infraestrutura física, incluindo medidas de controle ambiental e outras condicionantes que sejam pertinentes para a execução do projeto do empreendimento
- (B) a licença de operação determina como a instalação do empreendimento deve ocorrer, em acordo com os planos e projetos previamente aprovados dentro do Projeto Básico Ambiental e tem validade máxima de 6 anos
- (C) a licença prévia aprova a localização e a concepção do empreendimento além de atestar a viabilidade ambiental da instalação de acordo com o zoneamento ambiental e a legislação brasileira
- (D) a licença de operação autoriza a operação do empreendimento e estabelece requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação do empreendimento e tem prazo máximo de validade de 5 anos

44. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97, as licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade; além disso, o procedimento de licenciamento ambiental deverá obedecer a algumas etapas. Sobre as etapas do licenciamento ambiental, é correto afirmar que:

- (A) a última etapa do licenciamento é a audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente e a emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico
- (B) a primeira etapa do licenciamento é a análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias
- (C) o requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade é a segunda etapa do licenciamento
- (D) a definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais e o deferimento ou indeferimento do pedido de licença compõem a terceira etapa do licenciamento

45. Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Embora atualmente se use no Brasil o conceito de *saneamento ambiental* como constituindo os serviços citados acima, o mais comum é que o saneamento seja compreendido como serviços de acesso à água potável, à coleta e ao tratamento dos esgotos.

Fonte: <https://www.tratabrasil.org.br/pt/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso 25 nov 2021. (Adaptado)

O saneamento básico é essencial para a saúde da população, pois, entre outros, diminui potencialmente as chances de consumo de água contaminada por patógenos. **NÃO** constitui uma doença de veiculação hídrica a:

- (A) cólera
- (B) malária
- (C) hepatite
- (D) amebíase

46. A imagem faz referência à escassez de água, processo que muitos atribuem à diminuição do volume de água no planeta.



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/01/29/charges-retratam-a-crise-hidrica-do-pais.htm?foto=20>. Acesso 25 nov 2021.

Sobre esse tema, é correto afirmar que o volume total de água no planeta:

- (A) tem variado bastante, visto que água tem sido utilizada de forma cada vez mais irracional
- (B) está variando, pois a água está sendo absorvida pelas florestas, ficando retida e imprópria para uso
- (C) não tem variado ultimamente, mas é provável que tenha ocorrido uma variação em outras eras geológicas
- (D) é praticamente o mesmo há 2 bilhões de anos, na verdade, o que está diminuindo é a disponibilidade de água própria para consumo (qualidade)

47. A outorga para o uso da água é um importantíssimo instrumento de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos, que precede o Licenciamento Ambiental, como é possível observar na Resolução CONAMA nº 237/97, em seu Art. 10º. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- (A) atividades de extração de água subterrânea para qualquer finalidade constituem um exemplo de atividade que não requer outorga
- (B) as usinas hidrelétricas estão dispensadas da apresentação da outorga para uso das águas, uma vez que fazem uso não consultivo desse recurso
- (C) a outorga deve ser solicitada para fazer uso da água bruta, captada dos rios, açudes, barragens, reservatórios, nascentes, lagoas e poços ou que lançam efluentes em corpos hídricos
- (D) a outorga para o uso da água é irrevogável, logo, uma vez que um empreendimento que obtenha a outorga está livre de responsabilidade pelos eventuais impactos das suas atividades

48. A Lei n.º 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O SNUC define unidade de conservação (UC), como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção.

Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso 21 nov 2021

Sobre as categorias de Unidades de Conservação, é correto afirmar que:

- (A) a Reserva Extrativista enquadra-se na categoria de Unidades de Proteção Integral cujo objetivo é assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
- (B) o Parque Nacional enquadra-se na categoria de Unidades de Proteção Integral cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais
- (C) a Reserva de Fauna enquadra-se na categoria de Unidades de Uso Sustentável cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais
- (D) a Reserva Biológica enquadra-se na categoria de Unidades de Uso Sustentável cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais

49. A recuperação de um ecossistema passa pelo processo conhecido como sucessão ecológica e o conhecimento desse processo é fundamental para aplicação de técnicas de restauração. No primeiro estágio da sucessão ocorrem espécies pioneiras que podem interagir com as posteriores de diferentes maneiras. Sobre a interação das espécies pioneiras com as posteriores, pode-se afirmar que, quando:

- (A) uma espécie prepara o caminho para a próxima, tem-se o processo denominado *diferença de história de vida*
- (B) espécies sucessoras iniciais interferem no acesso de outras espécies, preparando o caminho para elas, ocorre o *isolamento crônico*
- (C) espécies sucessoras iniciais impedem o estabelecimento de espécies sucessoras tardias, ocorre a interação denominada *inibição*
- (D) uma espécie não afeta o tempo de estabelecimento de outra, podendo ambas surgirem em épocas distintas, ocorre o processo denominado *facilitação*

50. A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, define gerenciamento de resíduos sólidos como: “conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos”.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso 20 ago 2021.

Considerando a referida lei e a questão da destinação ou disposição final de resíduos sólidos, é correto afirmar que:

- (A) em nenhuma hipótese, é permitida a queima de resíduos a céu aberto
- (B) é proibido o lançamento de resíduos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos
- (C) mediante licenciamento, é permitida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos
- (D) nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, são permitidas atividades de catação